



Conselho da  
União Europeia

Bruxelas, 6 de outubro de 2023  
(OR. en)

13684/23

**LIMITE**

JAI 1243  
FREMP 269  
AG 112  
POLGEN 137

**NOTA**

---

de: Presidência  
para: Delegações

---

Assunto: Esforços para melhorar a eficiência e a qualidade dos sistemas judiciais

---

Junto se envia, à atenção das delegações, a nota da Presidência tendo em vista o almoço de trabalho dos ministros da Justiça por ocasião da reunião do Conselho (Justiça e Assuntos Internos) de 19-20 de outubro de 2023.

**Almoço de trabalho: esforços para melhorar a eficiência e a qualidade dos sistemas judiciais.****I.**

O Estado de direito, lado a lado com a democracia e o respeito pelos direitos humanos, é um dos valores fundadores da União. É comum a todos os Estados-Membros e constitui uma pedra angular da identidade da União. É um fator central da estabilidade política e da prosperidade económica da Europa. Tal como salientado pela presidente Ursula von der Leyen no discurso sobre o estado da União de 2023, o Estado de direito e os direitos fundamentais serão sempre a base da nossa União – nos atuais e nos futuros Estados-Membros.

O Estado de direito consagrado no artigo 2.º do TUE inclui os princípios da legalidade que implicam um processo legislativo transparente, responsável, democrático e pluralista; segurança jurídica; a proibição da arbitrariedade do poder executivo; tutela jurisdicional efetiva, incluindo o acesso à justiça; tribunais independentes e imparciais, também no que diz respeito aos direitos fundamentais; a separação de poderes; e a não discriminação e a igualdade perante a lei.

Dada a sua importância, existem vários instrumentos europeus para defender este princípio.

O ciclo anual do Estado de direito estabelecido pela Comissão Europeia é um instrumento para aprofundar o diálogo e a sensibilização conjunta para as questões relacionadas com o Estado de direito, bem como um instrumento preventivo e uma ferramenta para promover a adoção de medidas destinadas a reforçar as nossas instituições e a confiança que os nossos cidadãos nelas depositam. Os relatórios sobre o Estado de direito adotados desde 2020 baseiam-se em várias fontes, incluindo o Painel de Avaliação da Justiça na UE<sup>1</sup>. O diálogo anual do Conselho sobre o Estado de direito baseia-se no relatório da Comissão e, para além dos debates no Conselho dos Assuntos Gerais, o Conselho (Justiça e Assuntos Internos) tem vindo a realizar novos debates mais aprofundados sobre questões relacionadas com o Estado de direito que são da sua competência desde 2020.

---

<sup>1</sup> 10407/23 – Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023 – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões COM (2023) 309.

De acordo com o Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, a existência de sistemas judiciais eficazes é essencial para a aplicação e o cumprimento do direito da UE e para preservar o Estado de direito e outros valores fundamentais da UE que são comuns aos Estados-Membros. Os tribunais nacionais atuam como tribunais da UE quando aplicam o direito da UE. O Painel de Avaliação da Justiça na UE apresenta uma síntese anual dos indicadores centrada em três parâmetros essenciais para os sistemas judiciais eficazes: i) eficiência; ii) qualidade; iii) independência.

## II.

A existência de sistemas judiciais que funcionam corretamente é crucial para a aplicação e a fiscalização do direito da UE e para a defesa do Estado de direito. Um sistema judicial eficiente profere as suas decisões sem demoras injustificadas. A morosidade excessiva dos processos e os atrasos substanciais comprometem a confiança que os cidadãos e as empresas depositam nos sistemas judiciais nacionais.

Por conseguinte, a perspetiva económica dos sistemas judiciais reveste-se da maior importância. Em especial, um sistema judicial que não ofereça garantias suficientes ou que não funcione com a diligência adequada quando uma das partes se sentir lesada constituirá um desincentivo ao investimento das empresas e, por acréscimo, ao crescimento da produtividade e da produção da economia no seu conjunto. Os sistemas judiciais eficazes são fundamentais para fomentar a confiança mútua, bem como para reforçar o clima propício ao investimento e a sustentabilidade do crescimento a longo prazo. A análise anual do crescimento sustentável 2023<sup>2</sup>, que define as prioridades em matéria das políticas económicas e de emprego, comprova a ligação entre os sistemas judiciais eficientes e os ambientes empresariais nos Estados-Membros, bem como uma economia ao serviço das pessoas. Sistemas judiciais funcionais e totalmente independentes podem ter um impacto positivo no investimento e são cruciais para garantir a sua proteção, contribuindo, assim, para a produtividade e a competitividade.

---

<sup>2</sup> 15184/22.

Tal como em exercícios anteriores, o relatório de 2023 sobre o Estado de direito contém uma análise mais aprofundada da independência, da qualidade e da eficiência dos sistemas judiciais em todos os Estados-Membros, salientando que os sistemas judiciais que funcionam corretamente e que são plenamente independentes são cruciais para garantir que a justiça funciona em benefício dos cidadãos e das empresas. A eficiência e a qualidade dos sistemas judiciais dependem de parâmetros como o volume de casos<sup>3</sup>, a duração estimada dos processos<sup>4</sup>, a taxa de resolução<sup>5</sup>, o número de processos pendentes<sup>6</sup>, a duração dos processos, a acessibilidade da justiça<sup>7</sup> e a utilização de ferramentas digitais<sup>8</sup> e de ferramentas de avaliação<sup>9</sup>, bem como os recursos financeiros e humanos de que dispõem<sup>10</sup>, nomeadamente se os recursos são adequados e se o pessoal é qualificado, formado e devidamente remunerado. O cumprimento equilibrado de todos estes parâmetros pode constituir um desafio para os Estados-Membros, mas o Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023 mostra que a eficácia dos sistemas judiciais da UE continua a melhorar na grande maioria dos Estados-Membros<sup>11</sup>.

Os recursos financeiros atribuídos aos sistemas judiciais nacionais têm um impacto direto na duração dos processos judiciais e muitos Estados-Membros afetaram recursos adicionais ao respetivo sistema judicial no âmbito dos seus planos de recuperação e resiliência. Além disso, implementaram várias iniciativas para melhorar a digitalização, que tem sido uma prioridade para vários Estados-Membros. Foram também postas em prática medidas inovadoras que requerem a formação dos profissionais da justiça.

Além disso, são essenciais recursos humanos adequados não só para garantir que as decisões judiciais sejam proferidas sem demora, mas também para assegurar a atratividade das profissões judiciais e a disponibilidade de profissionais qualificados, formados e devidamente remunerados. Os recursos atribuídos aos sistemas judiciais devem corresponder à importância das tarefas e responsabilidades que lhes são confiadas e estas são das mais importantes quando se trata da administração da justiça.

---

<sup>3</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 2-4.

<sup>4</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 5-9.

<sup>5</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 10-12.

<sup>6</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 13-15.

<sup>7</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 24-31.

<sup>8</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 40-48.

<sup>9</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráfico 39.

<sup>10</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, gráficos 32-38.

<sup>11</sup> Painel de Avaliação da Justiça na UE 2023, p. iii.

Por último, muitos Estados-Membros tomaram novas medidas para melhorar a aplicação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) aos sistemas judiciais, uma vez que, além de reforçar os sistemas judiciais dos Estados-Membros, a digitalização os torna mais acessíveis, eficientes e resilientes. A digitalização é fundamental para aumentar a eficácia dos sistemas judiciais e facilitar o acesso à justiça. Ajudará os Estados-Membros a superar os desafios atuais e futuros que os sistemas judiciais nacionais enfrentam. A utilização de tecnologias inovadoras, como a inteligência artificial e a robotização, permite poupar tempo e deixar tarefas repetitivas para as máquinas. A este respeito, colmatar o fosso digital e utilizar a inteligência artificial são dois dos desafios que os Estados-Membros terão provavelmente de enfrentar a curto prazo.

A fim de incentivar o debate, os ministros são convidados a debruçar-se sobre as seguintes questões:

- Poderá identificar boas práticas adotadas no seu Estado-Membro para melhorar a eficiência e a qualidade do sistema judicial, tendo em conta os novos desafios enfrentados pelos sistemas judiciais, tais como a utilização da inteligência artificial e o recurso a videoconferências?
- Na sua opinião, como pode a UE apoiar os Estados-Membros no futuro com vista a reforçar a eficiência e da qualidade dos sistemas judiciais nacionais?